

## Um advogado do diabo na nova Constituição

**LUIZ CARLOS LISBOA**

Richelieu gostava de repetir que preferia morrer a ficar muito tempo sem ver o rei. O conde de Vardes ia mais longe e afirmava ao próprio monarca sua dependência: "Estar longe de vossa majestade não é só ser infeliz, é ser ridículo". Na era das comunicações, temos reis, presidentes e primeiros-ministros dentro de nossas casas quase todos os dias, graças à insinuante e um tanto inconveniente mídia eletrônica, mas ninguém pensa em lisonjeá-los ou destrutá-los, porque estão fora do nosso alcance. Em fase de transição e aperreio econômico, na modernidade, aconselha-se aos governantes que apareçam diante de seus súditos e eleitores com bastante frequência (ainda que só em imagem), a fim de que o fel das dificuldades seja sorvido até a última gota, como se fosse vinho de fina qualidade, o que pode ser conseguido com palavras de esperança e encorajamento. O presidente Sarney tem feito isso com sinceridade e competência, mas as dificuldades que se acumulam diante do Plano Cruzado trabalham do outro lado com dedicação igual ou maior.

O presidente tem um longo passado político que exorciza nele esses amadorismos de vida pública que costumam cegar os governantes através do elogio fácil, das estatísticas de popularidade ou da pressão exercida pelos técnicos que hoje cercam qualquer autoridade no mundo. Aqueles que têm como missão (ou julgam que têm) a tarefa de apaziguar o espírito do príncipe são nefastos quando levam muito longe seu trabalho e se transformam afinal em brilhantes hipnólogos, ou até em dedicados anestesiologistas. Um governante não deve ser posto a dormir pelos seus ministros, de tanto ouvir dizer que ele está certo, que não havia outra coisa a fazer, que sua idéia foi providencial, que as críticas que chega a ouvir (alguma coisa sempre escapa nas súnuas recebidas com o café da manhã) são fruto apenas do ressentimento. Devia haver junto do monarca, do presidente, do primeiro-ministro uma espécie de advogado do diabo que fizesse o papel de um opositor atento, alguém que fizesse a antítese e buscasse as falhas, de modo que, sendo cordial, não deixasse de ser rigoroso.

A Nova Constituição bem podia pensar nisso (os constituintes terão o cuidado de discutir apenas aquilo que diferentes constituintes, estrangeiros e nacionais, discutiram em outro espaço-tempo), tendo em vista que um governante bem-intencionado como o atual presidente pode cometer enganos e até erros, já que é um ser humano, e não dar-se conta disso em meio às muitas ocupações de seu cargo e ao vozerio de aprovação dos seus subordinados. Esse advogado do diabo seria um funcionário público bem pago, naturalmente, para não sofrer as tentações que aqueles que convivem com o poder conhecem, mas seria antes de tudo um funcionário pago para ser independente. E sua tarefa teria um encanto adicional: o de poder dizer toda a verdade, ou pelo menos sua

opinião muito sincera, à mais alta autoridade do País, prazer com que sonharam milhares de pessoas que fizeram de Voltaire e de alguns outros corajosos seus heróis inspiradores. Seria então preciso ouvir do presidente, no caso preciso do Brasil de hoje, o que ele acha desse "capitalismo socialista" em que vivemos, de economia estatizada e algumas sobras deixadas à iniciativa privada — num mundo onde as coisas estão na direção oposta, como sabem a China e a Hungria, que não nos deixam mentir.

Nosso ombudsman podia falar longamente com o presidente na reforma administrativa, não apenas lembrando que ela deve ser drástica e profunda para ser eficaz como também acrescentando que deve entrar em vigor antes das eleições, em pleno período de propaganda eleitoral, para ficar constando que o governo não barganha politicamente com as decisões que toma. Depois, seria preciso dizer ao presidente que nada é mais perigoso em política — não se trata de ensinar o Padre Nosso ao vigário, mas de lembrar o detalhe óbvio a quem tem muitos detalhes de que cuidar — do que ser excessivamente "político". Se ele perguntasse o que isso significava, bastaria lembrar que "político" entre aspas é hábil demais, daquele modo como dizem que foi Getúlio Vargas, que agradecia as opiniões de todo mundo e acabava fazendo o que decidira fazer antes de começar as consultas.

Para o monarca, o presidente ou o primeiro-ministro, esse funcionário de todas as franquezas (com a liberdade de um Chalça e a seriedade de um José Bonifácio) faria o mesmo bem ao seu governante e ao País, porque os poderosos inteligentes precisam da verdade como o viajante no deserto cobiça um pouco d'água. Os que são pagos para concordar são afinal todos os que são pagos para trabalhar e não se permitem contradizer, de modo que seria indispensável alguém receber um razoável salário para ver a fragilidade que acomete os que estão no poder. Um salário que resistisse às pequenas mordomias escondidas na manga da cordialidade mais corriqueira, mas que conservasse a lucidez que só uma certa sobriedade assegura de fato. E aí teríamos a pessoa mais importante do País: o homem que tem o dever de dirigir-se ao mais poderoso dos cidadãos como se falasse ao próprio filho. Com urbanidade é verdade, sem o temor das pressões, das caras amarradas e dos telefonemas ameaçadores — coisas que um presidente como o nosso jamais promoveria, mas não podia impedir que acontecessem — esse advogado do povo cumpriria seu dever. Eis que um desafio que a Assembléia Constituinte podia acertar, mas é pouco provável que o fizesse, porque afinal é da nossa tradição legislativa percorrer os caminhos confiáveis que outros fizeram antes, e não se sabe de um caso de advogado do diabo imperial, presidencial ou ministerial em outras constituições. Depois, já é tão difícil fazer uma Lei Magna comum, que seria bobagem tentar fazer uma Constituição novidadeira.